

## O COTIDIANO NEGRO NA TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XIX – XX

José Inácio **PIMENTEL ALMEIDA** (UFCG) <sup>1</sup>  
Harriet Karolina **GALDINO DOS SANTOS** (UFCG) <sup>2</sup>  
**Orientador:** José Pereira de Souza Júnior (UFCG) <sup>3</sup>

**Resumo:** Neste estudo analisaremos algumas representações e práticas cotidianas acerca do afro-brasileiro na transição dos séculos XIX – XX; onde o mesmo se depara com a nova concepção de mundo propiciada pela independência que alterou sua inserção na sociedade, convertendo-se de utensílio pessoal dos seus senhores a mão-de-obra assalariada e barata, em prol da acumulação de capital da sociedade vigente. Os negros, agora “livres”, eram acometidos e responsabilizados pelo “corrompimento social” em que o país se encontrara, uma espécie de condenação do cruzamento racial, que levaria à afirmação generalizada de que a realidade brasileira era palco do “perigo da delinqüência” e que fez da mestiçagem o maior mal do país. Por fim, almejamos transpor as barreiras historiográficas que permeiam o indivíduo negro tanto em sua especificidade coletiva como individual realizando conexões discursivas com Michel de Certeau e sua obra “A Invenção do Cotidiano” e Michel Foucault em sua “Microfísica do Poder”.

*Quem se encarrega de quebrar as cadeias da escravidão  
Tem também o dever de quebrar as da ignorância.*

*Aristides César Zama.* <sup>4</sup>

Ao longo de um vasto tempo a historiografia nacional acostumou-se a enxergar o escravo como um objeto, ficando o mesmo a mercê das voluptuosidades e do poder disciplinatório daqueles que eram intitulados de “seus senhores”; tornando-se muitas vezes difícil perceber e recuperar o intercâmbio e a natureza cotidiana empreendida pelos cativos, além claro da percepção de como entendiam o viver.

Solange Pereira da Rocha<sup>5</sup> ressalva a importância de avanços nas duas últimas décadas no campo dos estudos historiográficos sobre a escravidão, a inspiração dessas novas pesquisas tem como embasamento dois pressupostos muito importantes no que se refere a (des) construção do processo identitário negro no Brasil. O primeiro refere-se à

---

<sup>1</sup> Graduando do 6º período da UAHG da Universidade Federal de Campina Grande.

<sup>2</sup> Graduanda do 5º período da UAHG da UFCG. Integrante do Grupo de Estudos de Brasil Colonial e Imperial. Monitora voluntária do SEDHIR. Pesquisadora das áreas de História da Sexualidade, História do Negro, Gênero e História da Paraíba.

<sup>3</sup> Professor da UAHG da Universidade Federal de Campina Grande. Mestrando da UAHG na área de História e Cidades. Pesquisador no campo de História do Negro.

<sup>4</sup> Na Câmara de Deputados, 13 de junho de 1888.

<sup>5</sup> Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba Colonial.

concepção dos escravizados como sujeitos históricos, ou seja, ainda com as limitações e as práticas coercitivas do sistema escravista, estes arquitetaram uma lógica de sobrevivência e resistência; acabando por terra aquela prédica de que os escravos teriam se submetido passivamente aos interesses senhoriais. O escravo passa a ser o ponto analítico da pesquisa. O segundo propósito considera essencial a articulação da América com a África, especialmente com o lado ocidental denominado “África Atlântica,” porque só assim existirá um conhecimento sobre os negros escravizados e sua contribuição na edificação material e cultural do Brasil.

A maior parte da historiografia local ora enfatiza o avanço econômico trazido pelo algodão, ora estabelece um inventário genealógico das grandes famílias nativas, temos como ícones desse arrolamento genealógico, as figuras de Epaminondas Câmara, Elpidio de Almeida, dentre outros; estes atribuem os alicerces da construção cultural e material de nossa cidade aos homens de grande poder econômico e social, ou seja, os Oliveira Ledo, montado uma história com brancos (elitizados e civilizados), e índios (não civilizados e sem berço), esquecendo muitas vezes que nesse processo identitário também existiam negros que ajudaram a estruturar as bases econômicas de nossa sociedade.

Michel Foucault<sup>6</sup> relata sobre esta evidência elitizada da escrita historiográfica onde a desqualificação e os saberes locais sobrepõe à escrita dos verdadeiros acontecimentos sociais, políticos e econômicos e da própria história daqueles que “não detém o poder” em suas mãos, no caso de nosso estudo, os escravos.

As relações de poder existentes na sociedade escravocrata nem sempre foram de dominação cruel, esses negros eram peças valiosas, quase todos os castigos tinham um fim moralizante afim de que não repetissem os mesmos atos que desagradavam os seus senhores e colocavam em cheque o seu poder absoluto, a morte era algo esporádico, apenas se o delito cometido fosse irreparável e esse negro não tivesse conserto e instigasse os demais a agir da mesma forma; não podemos esquecer que também existiam relações cordiais e até amorosas entre escravos e senhores.

No período colonial a sociedade escravocrata denomina a população negra de vários termos: preto, negro, mulato, pardo, cabra, crioulo; estas intitulações classificatórias costumavam ser aplicadas não só pela cor de pele como também a condição jurídica, ou seja, escravo, livre e liberto.

---

<sup>6</sup> Microfísica do Poder. Genealogia e Poder.

Algumas das principais fontes para se construir o passado social, cultural, político e econômico dessa sociedade escravocrata brasileira, são as Ações Cíveis e os Processos - Crimes; onde se pode observar ora algumas relações de poder, ora de afetividade. Luciano Mendonça de Lima<sup>7</sup> relata algumas lutas niveladas por esses escravos no século XIX, a exemplo de Bernardo e Maria, e o cuidado de todo historiador ao ler um documento de época, saber que não deve haver exageros nem generalizações, que se deve sempre ler os documentos nas entrelinhas, porque o historiador tem um compromisso com a verdade e com a (re) escrita da História, não só dos negros mas também de qualquer etnia integrada ao Brasil.

*A sentença final do juiz de Direito, após pesar os prós e contras, foi a favor das razões de senhor, julgando a africana “sem direito a liberdade, que pretende”.*<sup>8</sup>

A citação acima relata as relações aristocráticas dessa sociedade escravista uma vez que o juiz de Direito era amigo do dono da escrava, portanto a Lei seria para a minoria, no caso os fazendeiros e os donos de escravos, porém não podemos generalizar como foi dito anteriormente; em contrapartida temos as leis dos brancos como um agenciador da liberdade e da proteção cotidiana de alguns negros. Esses exemplos explanados podem indicar um processo histórico bem mais profundo, com dados ora particulares, ora gerais, ou seja, alguns traços campinenses podem ser nivelados a outras províncias nacionais.

O negro na Paraíba era excluído de cidadania, estes escravos eram vistos como seres ‘sem alma’, ora trabalhando nas atividades domésticas ora nas produtivas.

*“(...) a palavra Escravidão (...) não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; (...) a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado enfim se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão submetidos.”*<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural. Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> NABUCO, J. O Abolicionismo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997. (pág 60).

A escravidão, como delatavam Joaquim Nabuco e tantos outros abolicionistas, não degradava apenas os negros escravos, mas toda a sociedade imperial. Tornando-se uma instituição absolutamente retrógrada e nociva aos interesses do país.

Em 1878 o movimento abolicionista tomou corpo, liderado por José do Patrocínio, André Rebouças, Luis Gama e Joaquim Serra, este movimento tinha ainda a participação dos setores agrários não vinculados à escravidão e da classe média urbana, intelectuais, profissionais liberais e estudantes universitários; como se nota não eram só os que detinham dinheiro e posses que apoiavam a escravidão, muito menos aqueles que não tinham aonde cair mortos que apoiavam o movimento abolicionista, o que nos leva a ponderar os fatos e não generalizar.

Os abolicionistas viam a necessidade de serem criadas fórmulas de integração do negro à sociedade após a abolição, sem as quais os resultados seriam desastrosos; defendiam a adoção de medidas educativas para os ex-escravos de forma a adaptá-los a sua nova realidade. É notória aos olhares mais atentos a dicotomia desses abolicionistas, este novo homem livre (o negro) era visto sempre como um trabalhador para outro, ou seja, subordinado a um patrão; se por um lado queriam a abolição por outro também almejavam a manutenção da sociedade de classes.

Finalmente, em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, na ausência de D. Pedro I, seu pai, foi pressionada pelos setores da sociedade, denominados de abolicionistas e assinou a *Lei Áurea*, libertando os escravos no Brasil. Como podemos observar em um trecho do texto original:

*“Declaro extinta a Escravidão no Brasil  
Princesa Imperial. Regente em nome de sua Majestade o Imperador  
Senhor D. Pedro I, faz saber a todos os súditos do Império a Assembléa  
Real declarou ela sancionada a lei seguinte:  
Artigo 1: É declarada extinta desde essa data d’esta lei a escravidão no Brasil  
Artigo 2: Revogam-se as disposições ao contrário (...).”*

Ao abolir a escravidão em 1888, a Lei Áurea, não exibia a realidade da nossa sociedade, que se demonstrava muito atrasada quanto ao tema escravidão, sendo o Brasil uma das últimas nações a extinguir essa prática. O fim da escravatura e as (re) configurações sociais no pós-abolição tiveram contornos regionais específicos. A instituição praticamente se dissolveu no Nordeste, terminando ali mais cedo que no

Centro-sul. Um deslocamento maciço de escravos das regiões nordestinas, foi realizado, com destino principalmente ao Sudeste. Enquanto no Sudeste houve um impacto maior quanto a promulgação dessa lei, Rio de Janeiro e Minas Gerais irão ser destaque quanto a esse tema, impacto gerado com o fim da escravidão. O caso do Oeste Paulista é singular, porque nesse território houve uma espécie de troca: escravos pelos imigrantes para trabalharem nas fazendas cafeeiras.

Após a abolição, a vida dos negros não sofreu muitas alterações, uma vez que não houve preocupação de integrá-los à sociedade. A sua situação era na maioria das vezes precárias e a estes restavam executar trabalhos que os brancos consideravam indignos, como Myriam Brecho Mota (1997) mostra em sua obra:

“Alguns ex-escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Outros conseguiram empregos precários nas regiões rurais ou então se dirigiam às cidades, formando uma mão-de-obra marginalizada. Em algumas regiões, as autoridades exigiam que o ex-cativo assinasse um documento comprometendo-se a viver bem em sociedade. Isso significava que ele teria de trabalhar, mesmo que faltassem empregos”.

Outro destino tomado por aquelas massas de pessoas, que antes eram utilizadas pelos senhores como simples ferramentas e pelos ingleses, posteriormente, observadas como um possível mercado consumidor de seus produtos, são as cidades, ou seja, os centros urbanos, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, local urbano mais desenvolvido do país nesse período.

Como o mercado de trabalho na região não conseguiu absorver todo o contingente, o número de desempregados e subempregados extrapolou. Criando locais com pouca infra-estrutura, mais precisamente, nos arredores dos centros urbanos desenvolvidos, as periferias, que serão caracterizados pela pobreza, devido aos seus residentes não serem detentoras de posses (economicamente falando) e, no momento inicial desse fenômeno, por estarem distantes dos centros urbanos desenvolvidos providos de condições básicas para moradia. Em outras palavras, a população de maioria negra, agora livre, e os desprovidos de bens (os pobres) vão buscar residência em locais mais afastados, pois nestes terão condições econômicas e até aceitação quanto às suas moradias. Estas localidades são nada mais, nada menos que uma tradução da maneira do homem se adequar do seu jeito ao espaço que lhe foi imposto, são táticas e estratégias utilizadas por ele para tirar proveito do meio em que vive inventando o seu

próprio cotidiano, como o próprio Michel de Certeau expõe claramente em sua obra *A Invenção do Cotidiano*:

“... introduzem uma maneira de tirar partido dele, que obedece a outras regras (...) Assimiláveis a modos de emprego, essas ‘maneiras de fazer’ criam um jogo mediante a estratificação de funcionamentos diferentes e interferentes. Assim, as ‘maneiras’ de habitar (uma casa ou uma língua) própria de sua Kabília natal, o magrebino que mora em Paris ou Roubaix as insinua no sistema que lhe é imposto na construção de um conjunto residencial popular ou no francês. Ele os superimpõe e, por essa combinação, cria para si um espaço do jogo para maneiras de utilizar a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidade e criatividade*. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos (...) Essas operações de emprego – ou melhor, de reemprego – se multiplicam com a extensão dos fenômenos de aculturação, ou seja, com os deslocamentos que substituem maneiras ou métodos de transitar pela identificação do lugar. Isso não impede que correspondam a uma arte muito antiga de: ‘fazer com’”.

Nesse momento pós-escravidão existe uma forte disseminação pelo corpo social, de uma imagem negativa dos pobres, vírus poderoso que naturalizava a condição social de uma classe aos olhos de todos e justificava a exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e o exercício oligárquico do poder. Nos documentos oficiais, na imprensa, nos relatórios e pareceres dos especialistas vai-se constituindo um vasto rol de termos infamantes para designar os pobres: degenerados, anormais, selvagens, ignorantes, incivilizados, feios, desordeiros, rudes, grevistas, incapazes, preguiçosos, boêmios, anarquistas, brutos, irresponsáveis, desregrados, perniciosos, bêbados, farristas, decaídos, nocivos, arruaceiros, desocupados, marginais, deletérios, animais, simiescos, medíocres, sujos, libertinos, trapaceiros, parasitas, vadios, viciados, ladrões, criminosos. Rótulos pejorativos atingiam também as famílias das classes populares.

Como o próprio Montaigne afirma “*Qualquer idéia pode apodera-se de nós com força bastante para que sustentemos até a morte*”, portanto, a idéia da parcela “branca” da sociedade brasileira, nesse momento, é de que negros, pobres e moradores das periferias, eram preguiçosos, malandros e vadios. A pobreza significará sujeira, que significava doença, que significava degradação, que significava imoralidade, que significava subversão. A doença não era só um mal do físico, mas deteriorização da alma, da raça, que se traduzia nos mais variados vícios: alcoolismo, promiscuidade sexual, negligência dos deveres paternos, vadiagem, crime, baderna anarquista. Doenças físicas, hábitos tidos como viciosos e sentimentos de revolta eram todos postos sob o mesmo rótulo de patologia.

Em 1871, Silvio Romero, adepto da crença na inferioridade das raças formadoras da nacionalidade brasileira e de seu povo mestiço, afirmava a condição "bestamente atrasada" e "bestamente infecunda" dos ameríndios e a natureza "estupidamente indolente" e "estupidamente talhada para escravo" dos "selvagens africanos", que explicariam "o nulo desenvolvimento de nossas letras e a nenhuma originalidade do nosso gênio". Mas à medida que se aproximou o fim do Império o negro e o mulato, mais que o índio, passaram a ser objeto da atenção da ciência e a arcar com o peso da responsabilidade pelo "corrompimento social" em que o país se encontraria. Idéias baseadas no Darwinismo Social e no Determinismo Biológico vão permear todo o século XIX e início do século XX. É sobre um "Campo de Guerra" que o negro, sua genética e seus costumes são encarados, então, precisam de dispositivos necessários para superação dessas adversidades encontradas, Certeau afirma que "*As estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo (...)*" ele afirma que para se viver em locais adversos o homem encontra na estratégia e na tática, explicada, as soluções para viver em sociedade, e assim, possuir um cotidiano próprio.

A imagem desse sujeito marginalizado está centrada nos valores impostos pela sociedade "branca-européia", pautados no que cientificamente conhecemos como etnocentrismo, Everardo P. Guimarães Rocha em sua obra *O que é Etnocentrismo* define bem seu significado:

"Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensar a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc".

A saída deste grupo de pessoas é utilizar as *táticas* e as *estratégias*, citadas por Certeau. A razão técnica acredita que sabe como organizar do melhor modo possível pessoas e coisas, a cada um atribuindo um lugar, um papel e produtos a consumir. Mas o Homem Ordinário escapa silenciosamente a essa conformação, ele inventa o cotidiano, graças às artes de fazer, as astúcias sutis, táticas de resistência pelas quais ele altera os objetos e os códigos, se reapropriando do espaço e do uso a seu jeito. Mil praticas inventivas provam que cada um procura viver do melhor modo possível à ordem social. Para sobreviver e se adaptar aos costumes da cultura dominante o afro-

brasileiro precisou introduzir-se nessa cultura e sobrepor de maneira particular as adversidades, o que Michel de Certeau chama de:

“Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exercito, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”.

Os planos dos abolicionistas em relação à conexão do escravo não se concretizaram, os negros foram arremessados no mundo dos brancos sem nenhum ressarcimento, segurança ou auxílio; a maioria dos escravos deslocou-se para as cidades, onde o desemprego e uma “vida marginal” os aguardavam; o que deveria ser um desajuste temporário transformou-se num desajuste estrutural, revigorando assim o preconceito racial. A abolição, na medida em que não promoveu a integração social do escravo, pouco contribuiu para terminar com a idéia da inferioridade do negro, e, mesmo não havendo intenção, agravou ainda mais a marginalização das populações negras. A Abolição não ocasionou um colapso para a economia brasileira, alguns setores econômicos mais ativos já não empregavam o trabalho escravo e para eles a Abolição significou o fim dos entraves à ampliação do trabalho assalariado e a imigração.

Os provérbios populares são a reminiscência de nosso preconceito racial do passado, mascarado hoje pelo falso ideário de igualdade. Como assinala Fernandes<sup>10</sup> em um provérbio:

*“Negro não nasce, aparece.”  
“Negro não almoça, come.”  
“Negro não casa, ajunta.”  
“Negro não dorme, cochila.”  
“Negro não vive, vegeta.”  
“Negro não fala, resmunga.”  
“Negro não bebe água, engole pinga.”  
“Branco nasceu para o mando  
O negro pra trabalhar  
Quando negro não trabalha  
De branco deve apanhar.”*

---

<sup>10</sup> FERNANDES, F. O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo, Difel, 1972.

Nosso caldeirão multi-étnico ora se confunde pela sua relativização, ora pela sua etnocentrização, aceitar o outro é difícil seja ele quem for. Não basta quebrar as correntes da escravidão inerente às sociedades dos séculos XIX e XX, é necessário que nós ditos evoluídos do século XXI quebrems as correntes da ignorância que não nos deixam enxergar que nosso sangue é negro e que temos o dever de saber nossas origens, não calando novamente a cultura negra.

Nossa história sempre se pautou nos grandes homens históricos e nos modelos estrangeiros de dominação e poder, o que nos cabe perceber é que existem limitações e que somos homens de nosso tempo, nós enquanto historiadores devemos entender que não existem formas erradas de se pensar, mas sim vários pontos de vista sobre um mesmo objeto de estudo, nosso trabalho é tentar chegar o mais próximo possível da realidade vivida por nosso objeto.

Os negros foram negligenciados na história paraibana e brasileira, mas a partir de novas fontes podemos perceber que o negro teve vez e voz, a duras penas, é certo, mas assim o conseguiu porque independente de cor, credo ou posição social o que move um homem é o ideário rumo à consolidação de seus desejos de liberdade e igualdade social.

## **Referências Bibliográficas.**

ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande, 2ª Ed. João Pessoa, Editora Universitária/ UFPB, 1978.

CÂMARA, Epaminondas. Os alicerces de Campina Grande. 2ª ed. Campina Grande: Caravela, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro das Sombras: a política imperial. O rei contra os barões. Vértice, 1988. (págs. 50-83).

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer; Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COLEÇÃO RETRATOS DO BRASIL. Os últimos anos da escravidão no Brasil 1850 – 1888. Tradução Fernando de Castro Ferro. Volume 90. 2ª edição. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro – RJ. 1978.

CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª ed. 1978.

FERREIRA, Lúcia de F. Guerra. Balanço da nova historiografia paraibana. In. Debates Regionais nº. 2. (págs. 112-118).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. –Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LIMA, Luciano Mendonça de. Derramando susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. EDUFCG, 2006.

LIMA, Luciano Mendonça de. Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX. In. Idem et al. A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural. 3ª Ed. Campina Grande. EDUFCG, 2006. (págs. 41-66).

MACHADO, Maria Helena. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Cometas e Caifazes e o movimento abolicionista, RJ, UFRJ. EDUSP. 1994. (págs. 143-173).

MONTAIGNE, Michel de. Ensaio / Coleção de Pensadores; Nova Cultura. São Paulo. 1996.

MOTA, Myriam Brecho Mota. História: das cavernas ao terceiro milênio. 1ª edição. Editora Moderna. São Paulo. 1997.

ROCHA, Eduardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo?. 10ª edição. Editora Brasiliense. São Paulo – SP. 1994.

ROCHA, Solange Pereira da. Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba Colonial. UFPE. 2006-2007. (págs. 279-305).

RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Experiências em torno do fim do tráfico. Campinas. UNICAMP, 1994. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista/ Eduardo Silva, João Reis – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Poder e Política na Paraíba Colônia e Império. João Pessoa: EDUFPB.